Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Última Hora **Class.:** 292

Data 23 de abril de 1979 **Pg.:** 3

Índios: demarcação ou morte

BRASILIA — Muitas promessas, muito otimismo, uma proposta de diálogo com todos os setores ligados à causa indígena — até mesmo como o "incômodo" Conselho Indigenista Missionário, marginalizado na administração passada — esse foi o clima que marcou, na área oficial, o Dia do Índio, de acordo com as proposições do atual presidente da FUNAI que há pouco mais de um mês assumiu um órgão fraco, desgastado e desacretidado por todos, e o que é mais importante, pelos próprios índios.

Além de resolver os inúmeros problemas que afligem os índios brasileiros, o atual presidente do orgão, Adhemar Ribeiro da Silva ex-diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — terá como primeira tarefa cumprir a reabilitação da imagem da Fundação perante os grupos indígenas e a opinião pública. A sua primeira providência, recomendada pelo ministro Mario Andreazza, do Interior, foi "uma limpeza na FUNAI" que culminou com a substituição de todos os diretores de departamentos do governo passado.

Adhemar Ribeiro da Silva, que por ironia vem do orgão que mais prejudicou os índios em governos passados, cortando ferozmente inúmeras reservas e ameaçando de extinção diversas comunidades, reconhece que seu trabalho não será fácil, ao contrário, ser presidente da FUNAI significa uma tarefa das mais delicadas, principalmente quando se trata de cumprir o estatuto do índio, no artigo que trata da demarcação de terras indígenas.

"MINORIA IMPORTANTE"

Neste particular, cuja solução significa a sobrevivência dos grupos indígenas,não são raros os problemas que surgem de caráter econômico e social. Ou a dificuldade está em indenizar os grandes proprietários — já comodamente instalados em área indígena por "descuido" de administrações anteriores, que datam do antigo Serviço de Proteção ao Índio ou então, o assentamento dos posseiros que invariavelmente ocupam as reservas há dezenas de anos.

Por isso mesmo os reiterados apelos do novo presidente da Funai aos antropólogos, missionários, opinião pública e imprensa, no sentido de que colaborem todos na busca de uma solução para os problemas "de uma minoria muito importante do povo brasileiro", segundo ele próprio reconheceu durante a primeira entrevista coletiva que concedeu às vésperas do Dia do Índio. Seu apelo se estendeu, para a surpresa de todos, ao Conselho Indigenista Missionário, cujos integrantes foram oficialmente proibidos de ingressarem em áreas indígenas na administração do general Ismarth de Oliveira.

Foi, também, durante a entrevista, que Adhemar declarou que em se tratando de índios, não há mais tempo. Tudo tem que ser feito em caráter de urgência, porque, disse ele, no ano 2.000 teremos 200 mil brasileiros que vão precisar morar, comer e trabalhar. Ou se reserva a terra para o índio desde agora ou, dentro de muito pouco tempo, não haverá nem terras desocupadas e, o que é pior, nem índios.

DURA REALIDADE

A situação dos índios, uma dura realidade, como colocou muito bem o documento distribuído em Brasília pela Associação Nacional de Apoio ao Índio-DF, as populações indígenas brasileiras atravessam, atualmente, uma das mais difíceis fases de luta pela sobrevivência. A ocupação da Amazônia por grandes grupos nacionais e multinacionais, subvencionados pelo Estado, ameaçam devorar as poucas terras ainda em posse de grupos indígenas.

Diz ainda o documento, que a construção de vultosas obras de infraestrutura — estradas e barragens — que afetam negativamente o equilíbrio ecológico do ambiente indígena e ameaçam com o extermínio tribos inteiras além do descaso sistemático do governo para com os interesses dos povos indígenas que se traduz em uma política indigenista até agora omissa, pois invariavelmente a FUNAI, como órgão de proteção às comunidades, esbarra em interesses econômicos que neutralizam a sua ação.

Hoje, no Brasil, existe um número indefinido de índios. São inúmeras as contradições entre a população exata indígena que hoje abriga o território nacional desde o descobrimento quando se calcula que havia cerca de cinco milhões de índios. Hoje, para os mais pessimistas,

este número não ultrapassa os 80 mil. Para outros, talvez otimistas demais, contando com os grupos arredios da Amazônia, existem perto de 200 mil índios no país.

Esses índios, que vivem lutando pela sua sobrevivência depende, em primeira instância do acesso à terra. Neste sentido é importante lembrar que, se por um lado várias reservas foram decretadas e algumas efetivamente demarcadas entre 1974 e 1978, os critérios empregados na definição das áreas quase nunca coincidiram com os interesses de cada grupo indígena. Daí as inúmeras situações de tensão em áreas já demarcadas e que carecem de uma redemarcação. Afora o fato de que apenas um terço das terras foram, até o momento, garantidas aos índios.

EXTERMÍNIO SUAVE

Mas a demarcação das terras, embora seja a única forma de garantir a sobrevivência dos grupos, está longe a satisfazer os anseios indígenas. Muitas áreas já demarcadas acham-se gravemente ameaçadas por invasores, que não se intimidam quando se trata de ocupar terras férteis e ricas em minérios como é o caso dos índios Yanoami, de Roraima, onde técnicos da Companhia Vale do Rio Doce realiza pesquisas em sua área sem o prévio convênio que deveria manter com a Funai. Pelo menos isso.

Quanto aos grupos ainda isolados, o problema não é menor. Estes estão constantemente ameaçados pelo contato iminente e descontrolado com as novas frentes de expansão. São grupos que habitam áreas cujos recursos naturais atraem empresas de exploração sistemática mas que hoje estavam sendo preservadas. São pessoas, que de agora em diante, com a ocupação acelerada da Amazônia, estão destinadas ao extermínio sumário já que não contam com nenhuma assistência efetiva do governo.

Como bem colocou o documento da ANAI, a responsabilidade pelo futuro dos povos indígenas não cabe apenas ao Estado. Toda a Nação brasileira deve estar comprometida com o destino dos índios e com seu direito a uma existência digna e autônoma. As várias entidades de apoio ao índio que surgiram nos últimos anos pretendem congregar amplos setores da sociedade civil em defesa da causa indígena. Sua função primordial é a de fiscalizar a tutela que o Estado, por lei, enquanto representante da sociedade nacional deve exercer sobre as comunidades indígenas.

FORÇA DO ARBÍTRIO

A grita nacional provocada pelo "engavetado" projeto de emancipação que o atual governo preferiu esquecer, taticamente — é uma prova de que a sociedade brasileira despertou para realidade indígena e "bancou" esta briga para valer. O importante é que todos estão atentos ao que se passa com o índio brasileiro. E o principal: os próprios índios desenvolveram uma consciência crítica de seus problemas e de sua condição de minoria racial.

Mas, a situação atual dos índios e os perigos que sobre eles pairam, refletem um estado de coisas que atinge a maioria da população brasileira. A ocupação selvagem e desenfreada do solo brasileiro pelo latifúndio e o grande capital; a sujeição econômica e a repressão política; o desprezo pelas formas sócio-culturais que difirem de um padrão imposto é sustentado pela força do arbítrio. Tudo isso fere e submete amplos setores oprimidos da Nação. À parte suas específicas diferenças sócio-culturais, os índios deixam de ser computados como minoria e passam, então, para a ampla maioria, que luta para que seus direitos sejam enfim respeitados. (Pamela Nunes).